

CARTA ABERTA

MINERAÇÃO EM MAR PROFUNDO? MORATÓRIA, JÁ!

A mineração comercial em mar profundo é uma potencial nova atividade industrial que implica a extração de minerais através da raspagem, corte, apanha ou dragagem dos depósitos minerais do fundo do mar. Esta atividade destina-se a extrair minerais como cobre, cobalto, manganês e terras raras, com máquinas gigantescas a operar em condições muito adversas e arriscadas, destruindo localmente ecossistemas e perturbando outros a largas centenas de quilómetros em redor.

Existe uma preocupação na comunidade científica – e que está bem refletida na sociedade – sobre a mineração em mar profundo e os seus impactos irreversíveis nos ecossistemas oceânicos profundos. **Se esta atividade avançar, poderá alterar o delicado equilíbrio entre sedimentos, nutrientes e organismos vivos**, com consequências na perda líquida de biodiversidade, incluindo, irremediavelmente, aquela que ainda é desconhecida. Além disso, também poderá impactar a capacidade do oceano para armazenar carbono – sendo o oceano o maior reservatório de carbono do planeta –, trazendo consequências negativas para a já muito grave crise climática. Os economistas projetam consequências financeiras negativas a longo prazo para as indústrias e comunidades que dependem de um oceano saudável. Por exemplo, o despejo de resíduos da mineração no mar pode vir a libertar metais pesados para a cadeia alimentar, com impactos severos para a pesca, trazendo prejuízos inestimáveis para todas as pessoas que dependem desta atividade e para todos os que consomem pescado, com impactos negativos inclusive para a sua saúde.

As evidências demonstram hoje que existem muitas incógnitas e muito a estudar e a fazer antes que qualquer atividade mineira em mar profundo seja permitida. O conhecimento sobre águas profundas é ainda insuficiente, tendo sido estudados menos de 5% destes ecossistemas únicos, tornando impossível determinar os limiares em que esta atividade poderá operar sem impactos negativos significativos para a biodiversidade. Todas estas incertezas aumentam o risco destas atividades. Por este motivo, em 2022, a UNEP Finance Initiative concluiu que *"não há nenhuma forma previsível de considerar o financiamento de atividades mineiras em alto mar como consistente com os Princípios de Financiamento da Economia Azul*

Sustentável", citando riscos regulamentares, reputacionais e operacionais significativos. Da mesma forma, o Painel de Alto Nível para uma Economia Sustentável do Oceano concluiu que *"o potencial para a exploração mineira dos fundos marinhos levanta vários desafios ambientais, legais e de governação, bem como possíveis conflitos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas"*. Além disso, estudos recentes demonstram que não precisamos de extrair minerais dos fundos marinhos, uma vez que a procura de minerais para a transição energética pode ser reduzida em até 58%¹ por meio do avanço tecnológico, reciclagem e pela adoção de uma economia circular.

Permitir que os fundos do mar português, tão ricos em biodiversidade, e que ecossistemas únicos como as fontes hidrotermais dos Açores ou os montes submarinos sejam alvo desta nova atividade extrativa vai em contra-ciclo com os compromissos assumidos pelo Governo português durante a Conferência dos Oceanos da ONU, realizada em Lisboa em 2022, relativamente à conservação da biodiversidade e ao papel do oceano na regulação do clima, bem como outros compromissos internacionais.

Por estas razões, defendemos que **a mineração em mar profundo deve ser considerada inviável**, não apenas nas áreas mais vulneráveis, de alta biodiversidade ou áreas protegidas, mas **em todo o oceano**, até que os riscos ambientais, sociais e económicos sejam compreendidos de forma abrangente e esteja claramente demonstrado que esta atividade pode ser gerida de forma a assegurar a efetiva proteção do ambiente marinho, evitar a perda de biodiversidade e salvaguardar as comunidades costeiras e a saúde humana. O Governo português deve juntar-se a um número crescente de países (Alemanha, França, Espanha, Canadá, Nova Zelândia, Chile, Costa Rica, Equador, Panamá, Palau, Fiji, Micronésia, Samoa) e aplicar o princípio da precaução, declarando já **uma moratória** à mineração do leito do mar profundo sob jurisdição nacional e defender o mesmo para as águas internacionais nas reuniões da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) em março e julho de 2023. Permitir a mineração em ambientes tão valiosos é um retrocesso e não um passo rumo a um futuro sustentável, equilibrado e equitativo. A prioridade do Governo deve ser, sim, a de promover e

¹[The Future is Circular Report 2022_WWF](#)

financiar investigação científica sobre o mar profundo, para que, em conjunto, possamos assegurar a sua proteção e a preservação dos seus ecossistemas.

Pelo oceano e pela sua biodiversidade, pelo clima, pelas pessoas, defendemos uma moratória à mineração em mar profundo. As pessoas e entidades que subscrevem esta carta aberta apelam ao Governo português para aderir à mesma sem demoras e sem desculpas. **O tempo de dizer sim à natureza, sim ao oceano e sim às pessoas é agora.**

Lisboa, 2 de março de 2023

Ana Colaço, especialista em ecologia do mar profundo

Ana Hilário, investigadora

Assunção Cristas, professora universitária

Carla Amado Gomes, especialista em Direito do ambiente

Carlos Duarte, professor universitário

Catarina Barreiros, fundadora do projeto Do Zero

Francisco Castro Rego, presidente da ANP|WWF

Gonçalo Calado, professor universitário

Humberto Jorge, presidente da ANOPCERCO

Inês Santos Costa, especialista em economia circular

Joana Seixas, atriz

João Wengorovius Meneses, secretário-geral do BCSD Portugal

Júlia Seixas, professora universitária

Luísa Schmidt, professora universitária

Maria de Jesus Fernandes, bastonária da Ordem dos Biólogos

Maria José Costa, professora catedrática jubilada

Marina Carreiro-Silva, investigadora em ecologia do mar profundo

Marta Chantal Ribeiro, especialista em Direito do mar

Miguel Blanco, surfista

Nuno Sá, fotógrafo subaquático

Nuno Saraiva, ilustrador

Pedro Afonso, investigador

Philippe Prufer, representante da associação filantrópica AIEP

Ricardo Serrão Santos, investigador e ex-Ministro do Mar

Rui Cabral e Silva, presidente da Sciaena

Sofia Guedes Vaz, presidente da Sociedade de Ética Ambiental

Telmo Morato, investigador

Tiago Pitta e Cunha, especialista em assuntos do mar

Viriato Soromenho Marques, professor catedrático